



LEITURA DE OBRAS LITERÁRIAS NO CÁRCERE: NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO PROJETO DE LEITURA INTERATIVA PARA A REMIÇÃO DE PENA

Reading of literary works in prison: narratives of professional experience in the interactive reading project for the remission of sentence

Lectura de obras literarias en prisión: narrativas de experiencia profesional en el proyecto de lectura interactiva para la redención de penas

Rosangela Maria Silva dos Santos¹, Luís Henrique Serra², Joelson de Sousa Morais³

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Codó-MA, Brasil.

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões acerca do trabalho docente, reunindo relatos narrativos acerca da leitura de obras literárias no contexto do cárcere. É um relato de experiência profissional a partir da mediação de leitura de obras literárias no cárcere. Tem como objetivo geral analisar como a leitura contribui para a formação leitora de pessoas privadas de liberdade na Unidade Prisional de Ressocialização na cidade de Codó, no leste do estado do Maranhão. Para embasar o relato, foi necessário compreender o contexto histórico da educação no sistema prisional brasileiro por meio de teóricos que dialogam sobre o significado que a leitura pode assumir nos sistemas penitenciários, narrar quais são os desafios e possibilidades de leitura de obras literárias no cárcere, a fim de relatar uma experiência profissional como orientadores do projeto de Projeto de Leitura interativa- hábitos de leitura como condicionante da remição de pena. Realizamos, nesse sentido, uma pesquisa narrativa, bibliográfica e exploratória, elencando ideias, discussões, reflexões e suas contribuições para a prática docente. A partir dessa experiência, verificamos que a leitura, sobretudo de livros literários, contribui para uma mudança de mentalidade de muitos apenados participantes, que pode ser verificada nas atividades propostas no projeto. Por conta disso, faz-se necessária uma reflexão sobre a atuação das instituições educacionais quanto a oferta e incentivo à leitura de obras literárias no ambiente prisional, haja vista que a leitura é um dos principais meios para a construção do conhecimento e transformação socioeconômica, política e cultural dos sujeitos que participam desse processo formativo.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Leitura Literária no Cárcere; Pessoas Privadas de Liberdade; Narrativas; (Re)socialização.

¹ Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Codó, Especialista em ensino de Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, Graduada em Letras e em Pedagogia. ORCID id: <https://orcid.org/0009-0002-0453-5785> E-mail: rsnglsilva89@gmail.com

² Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Bacabal. Doutor em Letras (Filologia e Língua Portuguesa) pela USP. É líder do Grupo de Investigações do Ensino de Língua Portuguesa - GIELP/UFMA/CNPq e do Grupo de Estudos em Terminologia, Texto e Discurso (GTTEX). É Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras – Campus Bacabal (PPGLB/UFMA). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-8796-044X> . E-mail: luis.henrique@ufma.br

³ Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Codó. Doutor em Educação pela UNICAMP. É pesquisador do Grupo Interinstitucional de *Pesquisaformação* Polifonia (UNICAMP/UERJ) que faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada (GEPEC/UNICAMP), e do Grupo Vozes da Educação (FFP/UERJ). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)/UFMA, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE)/UFMA - Campus Imperatriz-MA e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPEEB)/UFMA-Campus Codó. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-1893-1316> . E-mail: joelson.morais@ufma.br

ABSTRACT

This article presents reflections on teaching work, bringing together narrative reports about the reading of literary works in the context of prison. It is a report of professional experience based on the mediation of reading literary works in prison. Its general objective is to analyze how reading contributes to the reading development of people deprived of liberty in the Resocialization Prison Unit in the city of Codó, in the east of the state of Maranhão. To support the report, it was necessary to understand the historical context of education in the Brazilian prison system through theorists who discuss the meaning that reading can assume in penitentiary systems, to narrate what are the challenges and possibilities of reading literary works in prison, in order to report a professional experience as a project advisor for the Interactive Reading Project - reading habits as a condition for sentence remission. In this sense, we carried out a narrative research, of a bibliographical and exploratory nature, listing ideas, discussions, reflections and their contributions to teaching practice. From this experience, we found that reading, especially literary books, contributes to a change in the mindset of many participating inmates, which can be seen in the activities proposed in the project. Because of this, it is necessary to reflect on the role of educational institutions in offering and encouraging the reading of literary works in prisons, given that reading is one of the main means for building knowledge and socioeconomic, political and cultural transformation of the individuals who participate in this educational process.

Keywords: Youth and Adult Education; Non-Private Literary Reading; Persons Deprived of Liberty; Narratives; (Re)socialization.

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones sobre el trabajo docente, reuniendo relatos narrativos sobre la lectura de obras literarias en el contexto penitenciario. Se trata de un relato de experiencia profesional a partir de la mediación de la lectura de obras literarias en prisión. Su objetivo general es analizar cómo la lectura contribuye al desarrollo lector de personas privadas de libertad en la Unidad Penitenciaria de Resocialización de la ciudad de Codó, en el este del estado de Maranhão. Para fundamentar el relato, fue necesario comprender el contexto histórico de la educación en el sistema penitenciario brasileño a través de teóricos que discuten el sentido que la lectura puede asumir en los sistemas penitenciarios, narrar cuáles son los desafíos y posibilidades de la lectura de obras literarias en prisión, con el fin de relatar una experiencia profesional como asesora de proyecto del Proyecto Lectura Interactiva - hábitos de lectura como condición para la remisión de la pena. En este sentido, realizamos una investigación narrativa, de carácter bibliográfico y exploratorio, enumerando ideas, discusiones, reflexiones y sus contribuciones a la práctica docente. A partir de esta experiencia, se constató que la lectura, especialmente la de libros literarios, contribuye a un cambio en la mentalidad de muchos de los internos participantes, lo que se puede apreciar en las actividades propuestas en el proyecto. Por ello, es necesario reflexionar sobre el papel de las instituciones educativas en la oferta y fomento de la lectura de obras literarias en los centros penitenciarios, dado que la lectura es uno de los principales medios para la construcción de conocimientos y la transformación socioeconómica, política y cultural de los individuos que participan en este proceso educativo.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos; Lectura Literaria no Cárcere; Personas Privadas de Libertad; Narrativas; (Re)socialización.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta reflexões acerca da formação leitora no contexto do cárcere, a partir de leitura de obras literárias. É um relato de experiência da mediação do projeto de Remissão por Leitura para reintegração social de pessoas privadas de liberdade, projeto que se constitui a partir de um conjunto de ações do sistema prisional do Maranhão, a partir da Secretaria de Segurança Pública e de Administração Penitenciária que visam a ressocialização de indivíduos adultos que estão em condição de apenados. Além do relato, neste texto, reunimos questionamentos na

perspectiva do letramento literário enquanto um dos meios para o desenvolvimento da capacidade de convívio social de pessoas privadas de liberdade, além do desenvolvimento de reflexões complexas sobre a vida e sobre o sistema que controla a sociedade de um modo geral e que penaliza os indivíduos adultos que não respondem aos comandos desse sistema.

No presente trabalho, pretendemos explorar, a partir de relatos, como o projeto foi desenvolvido, os contextos e as limitações que surgiram durante a sua aplicação, dentro de um cenário que, em tese, não favorece ao leitor, e como os presos participantes foram desenvolvendo suas habilidades leitoras no decorrer das participações das atividades de orientação apresentadas, demonstrando mudanças no comportamento a partir dos textos lidos, além de reflexões sobre sua vivência no ambiente prisional. Para tanto, nos fundamentamos em autores que dialogam sobre letramento social e remição por leitura.

No presente estudo, problematizamos o cenário prisional como um espaço de formação de professores na perspectiva de campo de aprendizagens, em que docentes orientadores de leitura possam trabalhar com obras que, em conjunto com a educação formal, tragam um direcionamento, inclusive profissional. Nesse contexto, é necessário destacar que a realidade prisional brasileira é constituída por muitos adultos que têm baixos níveis de escolaridade e boa parte não domina as competências básicas de leitura e escrita, fato que, embora não justifique, de alguma forma contribui para que entendamos os muitos motivos do processo do encarceramento enquanto um problema socioeconômico.

O tema letramento a partir de obras literárias no cárcere tem uma abordagem social, por estar atrelado à ressocialização de internos. Partindo desse contexto, o presente artigo objetiva analisar como a leitura literária pode contribuir para a formação leitora de pessoas privadas de liberdade na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Codó - MA. A cidade de Codó é a principal cidade da microrregião de Codó, no Leste Maranhense, região que é formada por nove municípios, dentre os quais a cidade é a mais urbana, e que reúne a maior concentração de oferta de serviços públicos da região. Dentre os serviços públicos ofertados estão a Universidade onde este trabalho foi desenvolvido, e a Penitenciária de Codó, que atende a muitos municípios da região.

Na busca desse objetivo, apresentamos o contexto histórico da educação no sistema prisional brasileiro por meio de teóricos e artigos que falam a respeito. Posteriormente, narramos quais são os desafios e possibilidades de leitura de obras literárias no cárcere, a fim de relatar uma experiência narrativa do qual participamos do projeto como orientadores do Projeto de Leitura

interativa no cárcere elencando ideias, discussões, reflexões e suas contribuições para a prática docente.

É válido salientar a relevância de um estudo desenvolvido na temática que se propõe esse texto, o qual se inscreve em contexto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que muitas vezes tem ficado invisibilizado tanto no que concerne a existência de políticas públicas da área, quanto em outras perspectivas que contribuem para a mudança de vida dos sujeitos envolvidos e na própria sociedade.

A ideia desse texto, portanto, é dar visibilidade a esse público que tem uma história de vida, projetos a seguir e outras possibilidades que almejam alcançar. Nesse sentido, cabe a reflexão de que, “O estudante da modalidade EJA já teve seu acesso à educação negado quando, por algum motivo, não concluiu seus estudos. Ao retornar, está na busca de resgatar sua cidadania, mas é preciso considerar que este traz consigo um saber social já vivenciado” (Melo; Araújo, 2023, p. 4).

No Brasil, a população carcerária atingiu a marca de 837.443 presos, segundo o Levantamento de Informações Penitenciárias (SISDEPEN). No 12º ciclo da pesquisa, que ocorreu entre os meses de janeiro a junho de 2022, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) observou, a partir desses dados, que houve um aumento de 4.267 presos (Brasil, 2022). Esse cenário traz novas reflexões para pensarmos o papel da educação frente a esse aumento e também sobre a realidade da escolaridade das pessoas privadas de liberdade.

Cabe ressaltar que o SISDEPEN foi criado para atender a Lei nº 12.714/2012 que dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança aplicadas aos custodiados do sistema penal brasileiro. O sistema permite a integração dos órgãos de administração penitenciária de todo o Brasil, possibilitando a criação de um banco de dados centralizado com informações sobre os estabelecimentos penitenciários e de tratamento e a população prisional do país (Brasil, 2022).

EDUCAÇÃO PRISIONAL

Duarte e Sivieri-Pereira (2018) explicam o desenvolvimento da educação carcerária e apontam os aspectos históricos do processo na educação prisional do Brasil, contextualizando desde o período colonial, no qual passou por diferentes mudanças e funções. Os autores apresentam as influências e abordagens desse tipo de educação, destacando as abordagens religiosa, técnica, obrigatória, até chegar a constitucional, responsáveis pelo desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

De acordo com Duarte e Sivieri-Pereira (2018), no período colonial, as atividades educativas oferecidas aos presos eram de responsabilidade do capelão. Nesse período, existia o Decreto nº 678, de 06 de julho de 1850, que determinava a formação moral e cristã para os apenados. Após vinte anos, foi publicado um novo decreto, no qual a função educativa deixa de ser tão somente do capelão, que passa a ter um ajudante chamado de preceptor educacional.

Os autores relatam ainda, que a participação nas aulas era obrigatória, se algum preso matriculado faltasse ou se comportasse de maneira inapropriada, o diretor de segurança seria comunicado e logo o detento seria punido, de acordo com o problema gerado pelo apenado. Para a aplicação da pena, existia uma lista de punições relacionadas. Com o passar dos anos, muitas mudanças ocorreram no sistema prisional, dentre elas, a ampliação do quadro de funcionários responsáveis pelas ações educativas de humanização.

Os autores detalham que, no período que correspondeu ao mandato do presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), foi promulgada a Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957 (Brasil, 1957), que previa, em seu artigo 1º, a educação moral, intelectual física e profissional dos sentenciados. A ideia era que, por meio da educação, os presos pudessem ter direito a uma escolha profissional que os levasse à reintegração social educacional. Ainda de acordo com o que relatam Duarte e Sivieri-Pereira (2018), é possível compreender que, na época, acreditava-se que a perspectiva política, religiosa e social atrelada ao trabalho era o único meio eficaz para tirar o preso da condição de marginalizado.

O terceiro período corresponde ao período militar, e, com ele, surgiu o Movimento pela Educação (MOBRAL), cujo objetivo era a alfabetização de jovens e adultos e que esteve em vigor no Brasil até o ano de 1985. Nesse contexto político, surge a reformulação do código penal, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Brasil, 1984), que inclui a assistência educativa e profissional como direito do preso. A lei ressalta, ainda, ações educativas durante a vigência militar, que tinham caráter opressivo, impositivo, sem respeito a livre escolha da pessoa privada de liberdade. A partir de então, a educação torna-se dever do estado e direito do preso.

Duarte e Sivieri-Pereira (2018) explicam que o quarto período da educação em prisões no Brasil ampara-se na constituição cidadã, que sofreu influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990. A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entende a educação e a igualdade de acesso e permanência na escola como um direito de todos e a educação nas prisões passou a fazer parte da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Brasil, 1996).

Ainda segundo os autores, nesse momento democrático, a educação nas prisões perde o caráter obrigatório como instituído nas normas mencionadas anteriormente e no Código Penal de 1984. É de livre escolha do preso querer estudar e cabe às instituições educacionais realizarem um trabalho de conscientização a respeito da importância da educação, atrelando a ela benefícios inerentes à situação das pessoas privadas de liberdade.

O quinto período é o contemporâneo, que se estabelece por causa das recentes normas sobre a educação no sistema prisional, que vêm sendo aperfeiçoadas e modificadas, por meio das Resoluções nº 03/2009 e 02/2010 e o Decreto nº 7226/2011 (Brasil, 2009, 2010, 2011). A Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Ministério da Justiça, dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, abrindo portas para parcerias com distintas áreas do governo, além de inserir educação formal, educação não formal e educação a distância nas unidades prisionais do Brasil (Brasil, 2009). Consequentemente, surgiram problemas relacionados ao trabalho educativo no ambiente carcerário, que necessitava de metodologias e propostas educacionais que atendessem a superlotação das prisões, que dificultava o desenvolvimento das atividades, inclusive as educativas.

Paralelo a esses problemas, Torres (2017) cita a mobilização de ativistas que agiram em duas frentes: por um lado, a luta para a consolidação de políticas que garantissem o direito a educação prisional e, por outro, a tentativa de aprovar a lei de remição de pena por estudos. Nesse contexto, fica entendido que a inclusão da remição de pena por meio do estudo é resultado de um longo período de luta de militantes e ativistas engajados a lutar pelo direito à educação das pessoas privadas de liberdade.

Com a publicação da Lei 12.433/2011 (Brasil, 2011), os estudos tornam-se um direito de remição da pena. A partir de então, foram estabelecidos parâmetros de contagem para os dias remidos e a pessoa privada de liberdade passa a ter dias de pena descontados desde que participe das atividades educativas, não importando se é preso provisório ou definitivo.

Além do estudo formal oferecido pelas instituições de ensino, a inclusão de atividades complementares para remição de pena também foi um marco importante para a educação prisional, sobretudo com a Recomendação nº 44, de novembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, em seu texto, considera atividades de natureza cultural, capacitação profissional e leitura de obras literárias como forma de remir pena (Brasil, 2013). Isso se torna relevante nesse contexto, principalmente porque nem todos os detentos são escolhidos para o trabalho e/ou estudo formal. Godinho e Julião (2021, p.7) explicam que:

A legislação brasileira prevê, principalmente na Lei de Execução Penal - LEP (Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984) e no Art. 5.º da Constituição Federal (1988), os sujeitos privados

de liberdade só estão privados do direito de ir e vir, portanto, todos os demais direitos estão mantidos: “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” a partir desse pressuposto o preso não deixa de ser um sujeito de direitos. Para tanto os artigos 1.º e 3.º da LEP, “tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Em relação à leitura literária no cárcere, que se caracteriza pela educação não formal, é um projeto que objetiva possibilitar práticas de letramento e de reintegração ao convívio social, levando os indivíduos a reflexões complexas sobre a vida e demais assuntos relevantes socialmente. A atividade de leitura no cárcere necessita alguns cuidados em relação à prática, flexibilidade de tempo paralelo aos serviços laborais, tendo como ponto de partida o contexto em que o indivíduo está inserido, no caso, o cárcere, para melhor direcionamento e orientação pedagógica. Para compreender sobre remição de pena por leitura, é primordial conhecer os aspectos legais da Lei nº 17.329/2012 que tratam de temas relevantes sobre a formação educacional em contexto prisional e o que condiciona a remição de pena por leitura, seguindo critérios estabelecidos.

Além dessa lei, o Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação nas Prisões Brasileiras (Brasil, 2009) propunha a criação de uma política de estímulo à leitura e à escrita nas unidades prisionais. De acordo com o documento, o Ministério da Educação estabeleceu convênios, no início de 2009, por meio de Planos de Ações Articuladas com 19 estados, para a implantação de bibliotecas nas unidades prisionais. Destaca os convênios como um importante avanço que precisa ser complementado com a normatização nacional que estabelece regras para a implantação, renovação de bibliotecas, composição do acervo, acesso dos encarcerados e das encarceradas, punição a gestores que mantiverem acervos fechados ou restringirem o acesso, além de regras para o caso de extravio de livros, estabelecendo diferenças com relação às punições disciplinares da prisão. Nessa conjuntura,

Especial atenção deve ser dada a projetos e programas de estímulo e mediação de leitura nas unidades prisionais, com ou sem participação de organizações da sociedade civil. Isso porque já existiam experiências importantes que deveriam ser analisadas e divulgadas como referência para todo o sistema prisional (Brasil, 2009, p. 95).

A Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012, instituída pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), disciplina o projeto de remição pela leitura no âmbito das Penitenciárias Federais. De acordo com o Art. 3º dessa portaria, a participação do preso “[...] dar-se-á de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante 01 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com os disponíveis na Unidade” (Brasil, 2012, p. 1), podendo remir até quatro dias no mês, mediante a elaboração de resenhas e

relatórios de leitura. O estado do Paraná foi o pioneiro a viabilizar a lei da remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal nº. 12.433, de 29 de junho de 2011 (Brasil, 2011).

O objetivo do projeto é oportunizar ao preso remir parte da pena pela leitura mensal de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica, livros didáticos, inclusive livros didáticos da área de saúde, dentre outras, previamente selecionadas pela Comissão de Remição pela Leitura e pela elaboração de relatório de leitura ou resenha, nos termos desta Lei (Paraná, 2012, p.1).

A leitura e produção seguem critérios pré-determinados, pois a lei de execução penal enfatiza que seja criada uma comissão de remição por leitura composta por profissionais da educação, um professor de língua portuguesa e um pedagogo, todos disponibilizados pela Secretaria de Educação do estado no qual está inserido o sistema prisional.

Mesmo com a disposição da Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012, que disciplina o projeto de leitura para remição de pena, percebe-se que as penitenciárias estaduais demoraram para aderir ao programa. Embora se acredite que a superlotação, a ausência de bibliotecas, de acervos e o número de profissionais sejam fatores que contribuíram, apesar da inclusão da realização do estudo para as pessoas privadas de liberdade no texto legal como remição de pena, este também vinha sendo negado por juízes e tribunais, afirmando falta de fundamento consistente sobre o assunto (Brasil, 2012). Nessa direção, é interessante a leitura de um trecho do documento que orienta o projeto de remição de pena no Brasil.

3. O estudo está estreitamente ligado à leitura e à produção de textos, atividades que exigem dos indivíduos a participação efetiva enquanto sujeitos ativos desse processo, levando-os à construção do conhecimento. A leitura em si tem função de propiciar a cultura e possui caráter ressocializador, até mesmo por contribuir na restauração da autoestima. Além disso, a leitura diminui consideravelmente a ociosidade dos presos e reduz a reincidência criminal. 4. Sendo um dos objetivos da Lei de Execução Penal, ao instituir a remição, incentivar o bom comportamento do sentenciado e sua readaptação ao convívio social, à interpretação extensiva do mencionado dispositivo impõe-se no presente caso, o que revela, inclusive, a crença do Poder Judiciário na leitura como método factível para o alcance da harmônica reintegração à vida em sociedade. 5. Com olhos postos nesse entendimento, foi editada a Portaria conjunta n. 276/2012, do Departamento Penitenciário Nacional/MJ e do Conselho da Justiça Federal, bem como a Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça [...] (Brasil, 2015, p. 1).

De acordo com Duailibe (2022), o *Projeto Leitura Interativa: hábitos de leitura como condicionantes da remição de pena*, Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal-LEP – arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII) objetiva o trabalho de ressocialização/reintegração social por meio do Programa Remição de Pena pela leitura incentivando a leitura sistematizada de obras: literária, clássica, científica e/ou filosófica, a fim de contribuir com o bom funcionamento das práticas socioeducativas nos espaços prisionais. Godinho e Julião (2021, p. 35) mencionam ainda que,

[...] a maioria dos estados criou projetos de remição de pena pela leitura a partir de Portarias, Resoluções, Termos de Cooperação e Leis Estaduais. Destes, apenas seis Unidades Federativas possuem leis estaduais sobre o tema: Paraná, Ceará, Rio Grande do

Norte, Sergipe, Maranhão e São Paulo. Apenas dois estados – Piauí e Espírito Santo – não possuem documento normativo sobre o tema de nenhum tipo (Portaria, Resolução, Termo de Cooperação etc.).

Com base no projeto nacional, no Maranhão, o *Projeto Leitura Interativa: hábitos de leitura como condicionantes da remição de pena*, foi inspirado na Lei Nº 7.210/84 (LEP – arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), está amparado pela Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017 e tem como fundamento a Resolução nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça. Foi instituído de acordo com os programas educacionais implantados no sistema penitenciário do Maranhão, vem abrangendo todas as Unidades Penitenciárias (UP) do estado e tem sido um importante instrumento de ressocialização de internos (Maranhão, 2017).

Além do aspecto legal e social do projeto, é necessário pensar ainda sobre as questões teóricas relacionadas à formação leitora e literária, pensar a literatura como um direito, a partir das proposições de Candido (1995), que defendia a leitura como um fator indispensável para humanização, e o letramento como possibilidade de mudanças em prol de diferentes esferas da sociedade, visto que a proposta literária remete a reflexões acerca de conceitos enraizados que perpetuam e carecem de mudanças. Vieira (2015, p. 118) comenta que “[...] a literatura é um importante e indispensável instrumento para educar, e a leitura é a base e o ponto de partida e chegada do letramento literário”.

Leffa (1996) ainda postula que o processo de leitura envolve diversos aspectos, atendendo não apenas características do texto e do momento histórico em que ele é produzido, mas também características do leitor e do momento histórico em que o texto é lido, neste caso, um contexto que envolve leitores que não interagem com um mundo exterior ao da prisão. O letramento literário, nesse mesmo contexto, é um modo não apenas de preparo para uma vida envolta à prática de leitura de textos literários, mas um modo de como os indivíduos podem desenvolver pensamentos críticos, complexos e profundos sobre a realidade, a existência e a situação na qual ele está inserido. O letramento literário, portanto, não é um fenômeno exclusivo da escola, e só pode ser desenvolvido lá, nem deve ser assim, pelo contrário, devemos pensá-lo enquanto um fenômeno humano e que pode ser provocado em muitas situações.

SOBRE OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa narrativa, de cunho qualitativo, que tem como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e exploratória, do tipo relato de experiência, sobre o período que trabalhamos como voluntários no projeto de remição por leitura, realizado na UPR de Codó - MA, no período de novembro de 2018 a abril de 2020. Na época, trabalhamos como voluntários,

orientando no *Projeto de Leitura Interativa: Hábitos de Leitura e Reflexão*. Os relatos narrativos apresentados aqui são de observações e reflexões pessoais sobre aquele momento que trabalhamos com a Literatura.

A pesquisa bibliográfica traz contribuições científicas e culturais indispensáveis para a relevância do trabalho, por estabelecer relação com o tema pesquisado e mostrar a vitalidade e importância de um assunto para uma área. Vergara (2000) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de um material já elaborado, como livros e artigos científicos, e é indispensável para o levantamento de informações básicas, direta ou indiretamente ligadas a nossa temática. A pesquisa bibliográfica estabelece ainda um diálogo entre pesquisadores em torno de um assunto relevante para uma área e para a sociedade de um modo geral.

É um artigo do tipo relato de experiência narrativa porque descreve a nossa vivência como profissionais voluntários mediadores de leitura e traz discussões sobre a troca e proposições de ideias e questionamentos que surgiram durante os encontros de orientações.

Como se trata de uma escrita narrativa (auto)biográfica, é válido ressaltar as contribuições dessa abordagem e ao mesmo tempo metodologia de pesquisa qualitativa na qual o sujeito se forma e se transforma nesse processo de narrar os acontecimentos, fatos e experiências que viveu em algum momento de sua vida, e que narrando, consegue enxergar tal movimento e se lembrar, pela tomada de consciência efetuada.

Uma das idealizadoras da corrente de *História de vida em formação*, Marie-Christine-Josso, enfatizando a pertinência desse movimento que surgiu no início da década de 1980, valorizando os usos metodológicos das narrativas e histórias de vida na educação de adultos, pontua que:

A narrativa escrita constitui um suporte particularmente adequado para a pesquisa dos processos de formação e de conhecimento, porque dá acesso tanto às partes que a compõem como a um conjunto a que foi atribuído um título. Além disso, porque contém simultaneamente o fatural e o pré-interpretado (Josso, 2010, p. 215).

Cabe trazer uma potente reflexão nas abordagens metodológicas da escrita narrativa no processo de pesquisa científica, trata-se de um meio privilegiado de produção de conhecimentos, aprendizagem e formação. Esse movimento pode ser elucidado da seguinte forma:

É um movimento de pensar em si, externando-se pela escrita narrativa em um percurso formativo no qual reside a riqueza transformadora e significativa das memórias (auto)biográficas na formação docente. O sujeito reinventa-se pela reflexividade narrativa praticada durante a formação, uma vez que reflete e toma consciência das experiências trilhadas e dá sentido à sua existência (Morais, 2023, p. 17).

É nesse sentido, que as experiências narrativas se configuram: ao mesmo tempo em que emerge as reflexões de um percurso trilhado em um contexto formativo, foram se compondo

outros tantos saberes e conhecimentos no movimento de narrar, daí a sua dimensão encantadora e ao mesmo tempo transformadora e com características de (auto)formação.

Quanto à natureza, é uma pesquisa exploratória e descritiva, pois tem como objetivo descrever, desenvolver e refletir sobre a realidade da educação carcerária. Nesse sentido, Gil (1999) explica que a pesquisa exploratória é ideal para uma descrição de realidades, para uma melhor compreensão e ação nessas realidades. O autor aponta que esse tipo de pesquisa apresenta menor rigidez no planejamento e proporciona uma visão geral acerca de determinado fato.

As atividades de orientações e apresentações foram realizadas em quatro encontros por mês, sendo um dia por semana, de acordo com a disponibilidade e procedimentos do sistema prisional, seguindo critérios e passos planejados: escolha e entrega das obras literárias no primeiro encontro; o segundo momento era de discussões, dúvidas e orientações para escrita da primeira versão do texto; no terceiro encontro, era feita uma avaliação dos aspectos textuais da produção dos internos, procedendo com a verificação da coerência, coesão, ortografia para escrita da versão final do texto deles; o quarto encontro era para a apresentação do texto produzido a partir das obras literárias, para seguir para a avaliação final.

De acordo com o projeto de remição por leitura, os internos têm direito a receber 12 livros por ano, sendo uma obra literária por mês e cada livro estudado corresponde a quatro dias de remição de pena, totalizando 48 dias remidos por ano. Muito embora a remissão de pena seja um fato importante, nesta pesquisa não relataremos em detalhe esta parte no que diz respeito à remição, o foco desse relato de experiência narrativa é como a leitura, escrita, a postura, o vocabulário e o letramento sobre diversos assuntos da sociedade, serviu como um instrumento na formação dos participantes.

Inicialmente, participavam do projeto de leitura interativa 12 internos, esse número foi aumentando à medida que os encontros e apresentações aconteciam, chegando a vinte (re)socializando. As obras eram escolhidas pelos leitores participantes do projeto de acordo com a disponibilidade do acervo existente na UPR de Codó-MA. Os encontros eram realizados na sala de aula da UPR e as apresentações das produções escritas para banca, atividade que descreveremos durante o relato, eram realizadas na sala da assistência psicossocial.

Neste relato, expomos nossa experiência narrativa como orientadores voluntários e como as atividades eram desenvolvidas de forma sequencial, apresentando os desafios e as reflexões oriundas dessa experiência, dialogando com teóricos que falam a respeito da importância da leitura no cárcere.

MEDIAÇÃO DO PROJETO DE LEITURA INTERATIVA UNIDADE PRISIONAL DE CODÓ - MA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NARRATIVA

Era início do ano letivo de 2018, quando fomos convidados a lecionar na turma de EJA na unidade prisional do referido município. Confessamos que a proposta nos assustou, principalmente, pelo fato de a educação prisional ser desconhecida para nós. Até aquele momento, não conhecíamos nada a respeito. No curso de graduação em Letras e em Pedagogia, não recordamos de momento algum em que aprendemos ou discutimos sobre educação prisional. Nesse momento, percebemos a necessidade de os cursos superiores de formação de professores abordarem a educação prisional, principalmente nos cursos de Pedagogia, pois essas discussões podem contribuir e muito para o desenvolvimento profissional docente acerca da diversidade de espaços em que o profissional da educação pode atuar. Quando não discutimos essa formação específica, fica entendido a não obrigatoriedade dessa oferta, invisibilizando o direito do indivíduo/aluno encarcerado pela educação.

Como docentes iniciantes no ambiente prisional, conhecemos outros projetos que são desenvolvidos e que são importantes para o desenvolvimento das pessoas privadas de liberdade, dentre eles, o projeto de leitura interativa, que, naquele momento, estava em busca de parcerias para se concretizar na unidade prisional de Codó. Apesar da lei prever profissionais para a comissão de remição, a escassez de profissionais interessados era um problema. A Secretaria de Educação Estadual justificava a ausência de trabalhos com a leitura na unidade prisional a partir do fato de que os docentes não aceitavam trabalhar com educação prisional. Como a Secretaria Estadual de Educação ainda relutava em enviar profissionais para as atividades educacionais no sistema penitenciário, as turmas de ensino fundamental existentes no presídio de Codó - MA era resultado de uma parceria com o município.

Passados alguns meses, fomos convidados pelo setor de atividades psicossociais da unidade prisional a mediar, de forma voluntária, o projeto de remição por leitura. Antes de aceitar, lemos o texto referente e seus objetivos. Aceitamos por ser um trabalho desafiador, algo novo e que agregaria muito na nossa formação pessoal e docente. Não estávamos errados!

Recebemos o material de apoio para os encontros e produções de resenhas. Cumpre destacar que o desenvolvimento do projeto de leitura acontecia conforme o texto disponibilizado pela Secretaria de Estado e Administração Penitenciária (SEAP). Abaixo, citaremos o que julgamos ser mais importante, seguido de um breve comentário de acordo com o nosso olhar em relação ao projeto de leitura.

Alguns itens são primordiais para a seleção das pessoas privadas de liberdade no projeto: para participarem eles necessitam ter capacidade de leitura, interpretação de texto e escrita, confirmado por meio da triagem realizada previamente pela Comissão Técnica de Classificação. A preferência foi dada para os internos que não estariam matriculados em programa de escolaridade.

A partir do primeiro encontro, percebemos que a dificuldade de leitura e escrita seria um entrave. Apesar do projeto elencar a capacidade de leitura e escrita, o público encarcerado tem baixo índice de escolaridade, isso contribui para o receio em participar de um projeto que almeja leitura e produção escrita de textos.

Inicialmente, 12 presos aceitaram participar do projeto de leitura interativa, foram explicados os objetivos e as vantagens para a remição de pena, pois, ainda que não seja o mais importante do ponto de vista pedagógico, é o que os atrai para participarem das leituras de obras literárias. Inicialmente, contávamos com poucos livros, dentre eles, alguns clássicos, que apresentamos para escolherem. Falamos sobre as orientações, datas e quantidades de encontros possíveis para o andamento das produções e o aproveitamento do tempo para leitura e escrita. Depois, foram entregues a eles folhas para rascunho, dúvidas e anotações em geral. As reuniões aconteciam no espaço pedagógico da Unidade, espaço que é exigido por lei para atividades pedagógicas, como consta no texto disponibilizado pela SEAP - MA. A Unidade Prisional ficou responsável pela reserva de uma sala como espaço pedagógico, onde aconteceriam as aulas e demais atividades que fossem necessárias.

A unidade prisional de Codó tinha apenas uma sala de aula que funcionava no diurno com turmas da EJA, não dispunha de uma biblioteca ou sala de leitura. Os internos tiveram que ler em sua cela, de forma solitária, se adequando às limitações do ambiente. No projeto, o cronograma do mês deve ser elaborado mensalmente pelo supervisor pedagógico e o professor define as atividades de leitura e elaboração de resenhas e/ou relatórios de leitura. Além disso, o modelo de resenha e/ou de relatório de leitura deve ser elaborado pela Comissão de Remição. Uma outra regra do projeto era que a resenha e/ou relatório de leitura deveriam ser elaborados individualmente, de forma presencial, em local adequado, providenciado pela Direção da Unidade Prisional, com orientação do professor de português e literatura (disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação ou Unidade Regional de Educação do Município). Para a análise e orientação dos trabalhos, foi constituída uma Comissão de Remição pela Leitura, com um docente em Língua Portuguesa (disponibilizado pela Unidade Regional de Educação ou pela Secretaria

Municipal de Educação), um pedagogo ou um dos integrantes da Comissão de Remição, que se encarregou do acompanhamento do Projeto Remição pela Leitura na Unidade Prisional.

O cronograma de estudo foi organizado juntamente com a assistente social do sistema prisional. Juntos, definíamos datas, encontros, entrega de livros e apresentação de resenhas. Os relatórios de resenha deveriam ser produzidos, apresentados e avaliados conforme o projeto disponibilizado pela Secretaria de Estado e Administração Penitenciária (SEAP).

O projeto, em seu texto original, assegura ao (re)socializando:

- participação voluntária no projeto;
- leitura de uma obra literária a cada trinta dias, de forma individual;
- acervo bibliográfico indicado pela Comissão de Remição pela Leitura (gêneros: literário, clássico, científico ou filosófico), disponibilizado nos estabelecimentos penais, oriundos de parcerias com instituições públicas e privadas;
- escolha da obra literária a ser lida;
- cada obra/texto lido em 30 (trinta) dias, 04 (quatro) dias de sua pena remida;
- a remição pela leitura, de forma paritária com a remição concedida ao trabalho, e cumulativa, quando envolver a realização paralela das duas atividades, se compatíveis.

A partir do segundo encontro, trouxemos questões a respeito do autor do livro e dificuldades leitoras dos participantes do projeto. Para esse momento, fizemos uma roda de conversa coletiva, eles ficaram à vontade para falar sobre o que leram foi um incentivo para que continuassem a leitura. O exercício de comparação, trazer questões defendidas pelos autores para a realidade social e, algumas vezes, até discordar de textos. Essas atividades trouxeram-nos muitas inquietações e questionamentos sobre até que ponto a leitura e o letramento literário podem contribuir e interferir para a formação do indivíduo encarcerado?

O terceiro encontro foi um momento de atendimento individual, em que realizamos a leitura das produções iniciais junto com cada aluno. Discutimos o que poderia ser melhorado no texto escrito, corrigimos com ele os erros de concordância, ortografia, sequência e gramática. Esse momento foi utilizado para esclarecer dúvidas e foi relevante para o bom andamento das produções escritas. Durante esse encontro, foi possível perceber que os (re)socializando participantes do projeto queriam entregar o melhor e, ao mesmo tempo, que estavam ansiosos por se aproximar a data de apresentação. O encontro foi indispensável porque, após a correção, entregamos a eles a folha para produção da versão final, que seria entregue à banca avaliadora no dia da apresentação oral da resenha.

Para este diálogo, trazemos o primeiro dia de banca, como orientadores de leitura e o olhar atento como professores mediadores de um processo que traz inúmeros benefícios. Apesar de o objetivo principal ser a remição de pena, enquanto professores e pedagogos, observávamos o desenvolvimento e letramento literário, vislumbrando as possibilidades de contribuição das obras lidas para o crescimento pessoal e tomada de decisões dos leitores envolvidos. Ninguém começa a ser educador numa sexta-feira às quatro da tarde, lembrando as palavras de Freire (1991, p. 58): “[...] ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática”.

O quarto encontro foi o grande dia das apresentações dos textos produzidos, o nervosismo tomou conta não só dos alunos. Sentimo-nos em uma banca de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) junto com eles, pois as apresentações seriam a concretização do trabalho desenvolvido junto aos alunos. A mesa foi composta por uma supervisora educacional do município, assistente social, uma professora convidada, além de um profissional do setor da polícia penal. Os participantes, pessoas privadas de liberdade, socializavam suas resenhas e foram avaliados pela banca a partir dos seguintes critérios: coerência e coesão textual, ortografia, estética, apresentação oral e sequência do texto escrito.

Eles apresentaram os textos produzidos e fizeram comentários sobre a obra escolhida. Mesmo com o nervosismo, que era notório, a qualidade das apresentações dos (re)socializados foi um destaque, visto que eles participaram respondendo inclusive aos questionamentos da banca. Os autores escolhidos foram os mais diversos, dentre eles, alguns clássicos da literatura brasileira, como Lima Barreto, Machado de Assis, Jorge Amado entre outros. As apresentações foram uma viagem no tempo, eles nos levavam a conhecer o personagem e o autor como se estivéssemos vivenciando a história, como se mergulhássemos na literatura.

Entre um texto e outro, foram oportunizadas reflexões desafiadoras: um exemplo disso foi a apresentação da obra *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto. O (re)socializando trouxe análise de crônicas contextualizando a desigualdade social descrita no texto fictício com a realidade social vivida pela maioria da população. A pessoa privada de liberdade fez um paralelo com a corrupção e a contribuição para uma política suja que beneficia apenas alguns.

Acreditamos que as atividades educacionais, sobretudo, a leitura de textos literários, nos faz experimentar situações que nenhuma outra área possibilita, desperta a contínua necessidade de aprendermos enquanto profissionais e sentirmos que aprendemos com nossos alunos, principalmente, no que diz respeito aos resultados obtidos a partir da ação pedagógica.

Foucault (1999, p. 224) já dizia: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento, ela é a grande força de pensar”. Quando o autor trata dessas questões, procura lançar luz sobre um direito importante que o detento, enquanto indivíduo que passa por um processo de socialização e que, em certa medida, está em um processo educativo, que deve ser gerado pela sociedade de um modo geral. Cuidar da violência na sociedade passa pela prisão, mas também pela educação, pela responsabilidade social dos entes sociais, entre muitos outros elementos que precisam estar ligados em uma espécie de elo inquebrável. Só a partir dessa mentalidade que alunos, leitores, (re)socializando voltarão ao convívio social do modo que se espera. Essas reflexões mostram o quanto é contraditório que tenhamos uma sociedade sem interesse que o poder público ofereça educação para reintegração social. Foucault (1999, p. 265) ainda enfatiza

[...] na prisão, o governo pode dispor da liberdade da pessoa e do tempo do detento; a partir daí, concebe-se a potência da educação, afinal, dispõe não só de um dia, mas da sucessão dos dias e mesmo dos anos podendo regular para o homem o tempo da vigília e do sono, da atividade e do repouso.

Nesse sentido, essas ideias nos fazem refletir sobre o quanto são visíveis os efeitos educacionais de projetos como o que relatamos aqui, percebemos efeitos concretos na mudança de mentalidade dos participantes, como o engatinhar de uma mente que estava limitada a criminalidade e descobre novos assuntos e conceitos, essa mente já se ocupa de vocabulários que antes não faziam parte do contexto em que estavam inseridos. As mudanças foram visíveis a cada encontro, o interesse em debater os textos lidos, a melhora das produções escritas e orais, o processo de autotransformação toma o lugar da tão desejada “remissão” e passa a gerar interesse inerente à aprendizagem, a preocupação já não é unicamente sobre os dias remidos, mas se estão compreendendo as obras lidas. Acertos, erros e avaliações passam a ter um lugar de prioridade.

Ao percebermos a relevância do trabalho que estávamos desenvolvendo, buscamos nos aprofundar sobre o ensino de literatura, funções e contextos literários, assistimos palestras relacionadas ao tema e lemos artigos. Isso nos possibilitou diferentes aprendizados e buscas para melhorar o nosso trabalho, principalmente em relação à produção e leitura de textos, bem como a finalidade para a qual estavam sendo escritos, sem deixar de levar em consideração o contexto de privação de liberdade e como faziam para realizar a leitura dos livros escolhidos.

Quanto ao ser questionado como fazia para conseguir ler, levando em consideração a cela em superlotação, um dos participantes explicava que *“esperava o silêncio da noite e quando as luzes das celas se apagavam, sobrava apenas o reflexo da luz do corredor do pavilhão, essa ia de encontro com as grades e era justamente com este reflexo que realizava a leitura”*. Este fato

mencionado por um dos (re)socializando participante do projeto não é isolado. Muitas são as colocações a respeito de dificuldades para leitura, mas levando em consideração que não falamos de uma escola, mas de um sistema prisional com regras e peculiaridades, é preciso olhar para cada esforço, cada traço de mudança como uma grande vitória.

Como a proposta pedagógica não pode e nem deve ser destituída da sociedade, lembramos aqui que o (re)socializando, independente do processo, em algum momento será entregue à sociedade e a tentativa de possibilidades de mudanças para trilhar outros caminhos são propostas que a educação traz para agregar a outras atividades laborais que são desenvolvidas nas unidades prisionais. Ressaltamos que não devemos pensar a tarefa da socialização como único e exclusivo dever da educação, pois, essa é apenas um dos meios para reintegração das pessoas privadas de liberdade, no entanto, é necessário destacar a importância da intervenção pedagógica, de projeto de remissão por leitura, de leis que veem na educação a possibilidade de uma remissão. Desse modo, é preciso acreditar no poder da educação como uma ferramenta de mudança social e mental.

Um aluno do projeto de leitura, ao resenhar o livro de Jorge Amado, *Capitães de Areia*, trouxe para a contextualização o papel da sociedade em três pilares que para ele são importantes para o desenvolvimento do indivíduo: *a família, a religião (direcionamento da fé) e o estado (esse colocado como: políticas públicas em geral)*. O comentário dele era que a falha de um desses pilares contribui para que estejam encarcerados o que não os isenta da culpa. Confessamos que esta fala não saiu das nossas reflexões e provocou-nos muitas outras reflexões a respeito do que somos enquanto sociedade e de que forma estamos ou não contribuindo para a formação do cidadão, que direitos o nosso aluno da periferia tem em relação aos demais, de que forma as políticas públicas educacionais chegam à zona rural, sobretudo, na comunidade que nos viu crescer. O ensino aproxima ou exclui nosso aluno? Qual o papel da educação tem em uma população carente de letramentos que permitem que eles vejam os seus direitos, relacionado, principalmente, à saúde e à educação? Nesse sentido, é pertinente perguntar: quem não está fazendo o dever de casa? O estado? A família? A sociedade que te aponta o dedo, mas não te dá possibilidade de escolhas?

Na condição de professores mediadores de leitura e produções de textos, os encontros se configuraram como um espaço construtor de aprendizagens sobre o ser e o estar na docência. Essas indagações do nosso papel e como profissionais da educação foram permeadas por reflexões acerca das políticas educacionais de ensino aprendizagem, estratégias de ensino e didáticas comparadas às experiências vividas na prática da sala de aula, sobretudo, o

direcionamento leitor. Estas avaliações se tornavam mais fortes à medida que os alunos se enxergavam como pessoas capazes de aprender. O pensar sobre o texto lido e sua atuação frente à banca avaliadora fazia com que falassem sobre suas fragilidades e expectativas enquanto humanos.

Para alguns era a primeira oportunidade de leitura, por questões variadas, e esse contato gerava entusiasmo e isso para o professor é incentivador e nos faz entender a importância da docência para a sociedade, como bem pontua Leffa (1996). O processo de leitura envolve diversos aspectos e é oportuno, pois, além das características do texto e do tempo histórico em que foi produzido, traz características para o leitor em um contexto que envolve leitores que não interagem com um mundo exterior. Nesse sentido, analisamos esta fala como uma viagem da mente.

O leitor, nesse contexto, tem um papel ativo no processo da leitura, e para se efetivar como coprodutor, procura pistas formais, formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões, usa estratégias baseadas no seu conhecimento linguístico, nas suas experiências e na sua vivência sociocultural (Paraná, 2008, p. 71).

A partir dessa experiência como mediadores, pudemos aperfeiçoar nosso trabalho como docentes, por várias vertentes e pontos de vista, a escuta com atenção sem envolvimento emocional foi fundamental, ora precisávamos olhar de fora sem perder a postura pedagógica e o nosso papel enquanto profissionais e cidadãos. Esse exercício nos dava novos desafios e habilidades que, no banco da universidade, não pudemos desenvolver.

Cândido (1995) relata que a literatura é indispensável ao processo de humanização, para ele é a confirmação do processo existencial do homem, ela atua no subconsciente agindo em prol da educação, família, sociedade, coletividade e mais um instrumento intelectual. Ela potencializa nossas capacidades reflexivas, amplia nosso olhar dialético e nos potencializa para criar estratégias para resolver problemas complexos e simples. Cândido aponta para a importância da literatura na vida humana, quando afirma que a Literatura é repleta com

Os valores que a sociedade preconiza, ou que os considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (Cândido, 1995, p. 175).

A partir do exposto acima, elencamos que o direcionamento da leitura e a escolha das obras precisam ser pensados de forma que tragam relevância ao indivíduo, não pode ser qualquer livro. Antes da apresentação dos livros para a escolha, realizamos uma seleção baseada em fatores que para o psicossocial eram interessantes avaliar a possibilidade de leitura e propostas leitoras além da remição para as pessoas privadas de liberdade envolvidas.

Nos momentos enquanto mediadores, pudemos perceber o desenvolvimento dos presos em relação ao vocabulário e a assuntos relacionados à sociedade e as mais diversas manifestações sociais. Mentos, que, antes, eram limitadas a compreender apenas o que a experiência específica do real lhes proporcionava, agora discutem e questionam com propriedade sobre diversos assuntos que não lhes eram claros anteriormente, falam de futuro fora do cárcere, de continuidade dos sonhos que tinham deixados de sonhar por julgar impossível de realizar. Como não dizer que houve aprendizagem? Presenciamos apresentações diversas, desde livros de autoajuda à literatura clássica, pudemos nos emocionar e compreender a função docente nos diferentes espaços de aprendizagem e responder à pergunta que todos fazem ou deveriam fazer e que fica internalizada em nossas mentes “por que escolhi educação?” tinha encontrado a resposta, estar ali naquele exato momento aprendendo não tem preço.

Durante o período em que voluntariamos o projeto de leitura interativa, nós passamos a condicionar nosso trabalho em sala de aula, em outros espaços educacionais como a escola em que atuamos, destacando um pouco mais a importância da literatura em sala de aula. A aprendizagem é a alternativa ou senão a esperança de transformação de vidas que nós professores como atuantes profissionais podemos garantir aos nossos alunos, assim perseguindo melhor postura profissional diante das desigualdades sociais enfrentadas.

Para tanto, as universidades e as demais instituições de ensino superior têm um papel fundamental na formação de professores reflexivos capazes de entender sua docência e para qual a sociedade está sendo formada, entendendo que temos alunos em diversos espaços, mas ainda assim alunos. Para que entenda que a sala de aula com alunos é um lugar de aprendizagem docente e nós necessitamos de formação que amplie nosso olhar diante das diversas possibilidades de nossa atuação nos diferentes espaços, sejam eles essencialmente ou não educacionais. Nesse contexto, uma reflexão é necessária: a periferia nos assusta, o cárcere nos assusta, não porque eles sejam naturalmente assustadores, sim porque fomos ensinados, levados a pensar assim, nos alerta Foucault (1999). É passada a hora de superarmos esse obstáculo que revela o quanto carregamos desses preconceitos, inclusive na nossa face profissional. Tudo que sai da nossa zona de conforto parece ser menos relevante até conhecermos e entendermos que temos sim potencial para ser um profissional melhor a partir de experiências diferenciadas e que não são regulares.

Por fim, é importante destacar que projetos como o relatado são necessários e importantes, para além dos resultados aqui apresentados, e precisam ser políticas públicas para a solução de problemas complexos, como a socialização. No entanto, é necessário que as atividades

de remissão por leitura sejam levadas a sério, como um instrumento de transformação dos indivíduos. Nesse sentido, as questões colocadas por Godinho e Julião (2021, p. 16) precisam ganhar destaque, sobretudo quando afirmam que

É imprescindível ampliar o debate sobre a remição de pena pela leitura para refletir sobre os diferentes sentidos atribuídos às práticas de leitura. Afinal, ler nas prisões para quê? Ler para evitar o ócio, para controlar o tempo de vigília dos presos, o seu pensamento (afinal cabeça vazia, oficina do diabo)? Ler para substituir a escolarização em estabelecimentos prisionais federais, onde não existe oferta escolar?

É preciso ler para socializar, os resultados aqui apresentados apontam para essa possibilidade. Além disso, é necessário que o poder público, a sociedade e as leis vejam nesse tipo de projeto uma solução possível e real para o problema não só da superlotação, mas também do retorno das pessoas privadas de liberdade à prisão, um problema do cotidiano prisional. Nesse sentido, a necessidade de bibliotecas nas prisões e de possibilidades munidas de livros diversos é uma necessidade premente. Leitura exige livros, a existência deles é fundamental para o sucesso do projeto. O tempo em que se pensava que a simples encarceração de um indivíduo era suficiente já se foi, é momento de agirmos enquanto sociedade e educação que transforma indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, foi possível compreender a importância da leitura de obras literárias enquanto contexto de reintegração social no sistema prisional. Foi possível notar a seriedade da proposta do Projeto de leitura interativa, o papel da leitura literária e suas contribuições tanto para as pessoas privadas de liberdade que são leitores, como para os docentes mediadores de leitura de obras para a produção de textos.

Uma das possíveis lacunas, nesse caso, é a falta de formação de profissionais da educação para atuarem na educação para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL). A aprendizagem acontece de forma crua na prática docente em meio a erros e acertos, pesquisas e leituras que os ajudem a compreender o ensinar e aprender para sujeitos privados de liberdade bem como o que esperam do ensino.

Sobre a lei que se refere à remição de pena por leitura trata do processo de (re) socialização, tem caráter legal para humanização, é contínuo podendo o interno participar enquanto estiver sobre a custódia do estado se assim o desejar.

O relato de experiência exposto nesse artigo traz reflexões sobre a relevância da leitura literária enquanto docente, vislumbrando o desenvolvimento dos leitores privados de liberdade, além de trazer falas de internos participantes que confirmam a importância da leitura à medida

que os torna seres reflexivos sobre o presente e futuro. Como menciona Duailibe (2022), o projeto de leitura oportuniza aos privados de liberdade um novo recomeço diante de uma nova mentalidade que a leitura proporciona, podendo-se até falar em uma nova identidade cultural, quanto no retorno ao convívio social, criando perspectivas de vida.

Participar do projeto de leitura interativa como voluntários foi uma experiência que nos trouxe inúmeras reflexões, dentre elas a atuação das instituições educacionais quanto à oferta e incentivo à leitura de obras literárias.

Existe um profissional de antes e depois e este trabalho contribuiu de forma significativa para o nosso crescimento enquanto profissional da educação, pois percebemos que a leitura de obras literárias em sala de aula está ligada a trechos para análise e interpretação enquanto os livros literários ficam encarcerados em uma sala de leitura trancada, precisamos repensar a mediação literária na escola e a formação de leitores literários na sociedade, dada a importância que a arte da palavra tem para o desenvolvimento da sociedade e dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 3.274, de 2 de outubro de 1957**. Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5º, n.º XV, letra b, da Constituição Federal e amplia as atribuições da Inspetora Geral Penitenciária. Revogada pela Lei nº 7.210, de 1984. Brasília: Casa Civil, 1957. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3274.htm. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.210/1984, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Casa Civil, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 07 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 03 maio 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus Nº 312.486 - SP (2014/0339078-1)**. Brasília: STJ, 2015. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201403390781&dt_publicacao=22/06/2015. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento de Informações Penitenciárias (SISDEPEN)**. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL. Portaria Conjunta nº 276 de 20 de junho de 2012. **Disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal**. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília:

Conselho da Justiça Federal, 2012. Disponível em:

https://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissaopelaleitura.pdf/view . Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **RESOLUÇÃO N º 3, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais.** Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública Conselho, 2009. Disponível em:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/2009/resolucao-no-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf> . Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. **Recomendação Nº 44 de 26/11/2013, Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura.** Conselho da Justiça Federal (CJF), Diretoria-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Brasília: Ministério da Justiça, 2013. Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1907> . Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010 - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.** Brasília: Ministério da Educação, 2013.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 3 jan. 2025.

CÂNDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CÂNDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades, 1995. p. 169-91.

DUAILIBE, Selma Maria Araújo Nascimento. **A leitura interativa como ferramenta de ressocialização remição de apenados no município de Codó Maranhão.** 2022. Monografia (Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História) – Universidade Federal do Maranhão, 2022. Disponível em:

<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/5934/1/SELMADUAILIBE.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

DUARTE, Alisson José Oliveira; SIVIERI-PEREIRA, Helena de Ornellas. Aspectos históricos da educação escolar nas instituições prisionais brasileiras do período imperial ao século XXI.

Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 22, n. 4, p. 344-352, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.4013/edu.2018.224.12>. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.224.12/60746615>. Acesso em: 09 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, p. 1-16, 2021.

DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2021.251.10>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/21001/60748506>. Acesso em: 08 ago. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEFFA, Vilson Jose. Fatores da compreensão na leitura. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, v. 15, n. 15, p.143-159, 1996. Disponível em: <https://leffa.pro.br/textos/trabalhos/fatores.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. 2. ed. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária. **Lei nº 10.606, de 30 de junho de 2017**. Institui o Projeto “Remição pela Leitura” no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão. São Luís: SAP, 2017. Disponível em: http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_10606. Acesso em: 10 mar. 2025.

MELO, César de Lima de; ARAÚJO, Jair Jonko. Política educacional na Educação de Jovens e Adultos: gerencialismo e esvaziamento da EJA. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-16, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v25i1.7615>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/issue/view/336>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MORAIS, Joelson de Sousa. As múltiplas facetas do currículo escolar permeado pela reflexividade narrativa na formação de professores(as). **Periódico Horizontes**, Itatiba, v. 41, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1542>. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1542/727>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PARANÁ (Estado). Leis Estaduais. **Lei nº 17.329 - 8 de outubro de 2012 Institui o Projeto "Remição pela Leitura" no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná**. Curitiba: Palácio do Governo, 2012. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-17329-2012-parana-institui-o-projeto-remicao-pela-leitura-no-ambito-dos-estabelecimentos-penais-do-estado-do-parana>. Acesso em: 03 mai. 2023.

TORRES, Eli Narciso da Silva. **A gênese da remição de pena pelo estudo: o dispositivo jurídico-político e a garantia do direito à educação aos privados de liberdade no Brasil**. Campinas, SP: Ideia, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIERA, Hilluska de Figueiredo Sousa Carneiro. Letramento Literário – um caminho possível. **ArReDia**, Dourados, v. 4, n.7, p. 117-126, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/arredia/article/view/4307/2508>. Acesso em: 05 mar. 2025.

Submetido: 05/01/2025

Correções: 31/01/2025

Aceite Final: 03/04/2025